

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

IMPOSSIBILIDADE DE FRACIONAMENTO DE DESPESAS DIANTE DE AQUISIÇÕES ROTINEIRAS: O DEVER DE PLANEJAMENTO E A CORRETA INTERPRETAÇÃO DA LEI Nº 13.278/2002 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (Vinícius Lobato Couto) 943

A DEMOCRATIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO MEDIANTE A COTAÇÃO ELETRÔNICA NO GOVERNO FEDERAL (Luciano Alberto Vieira da Silva) 949

A DEMONSTRAÇÃO DA VANTAGEM ECONÔMICA NA PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE LIMPEZA, À LUZ DAS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (Larissa de Barros Pontes) 956

A LICITAÇÃO PARA ARRENDAMENTO DE TERMINAL PORTUÁRIO NOS PORTOS ORGANIZADOS (Marcos Correia Gomes) 959

O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NOS MUNICÍPIOS: UM ESTUDO SOBRE A POSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DE QUANTITATIVO EM ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICIPAIS (Lucas Andre Netto Cardoso) 979

QUESTÕES PRÁTICAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – Solicitação perante a Administração Pública – Contrato rescindido por inadimplência da contratada – Necessidade de a Administração atestar exatamente o que foi executado pelo contratado até o momento da rescisão – Destaques quanto à inexecução do ajuste – Direitos constitucionais à informação e à obtenção de certidões em repartições públicas 987

CONTRATAÇÃO DIRETA – Celebração de avença de seguro de vida coletivo – Cabimento, desde que o seu valor anual estimado não supere o limite legal estabelecido – Pretensa prorrogação do ajuste por até 60 meses – Considerações 988

HOMOLOGAÇÃO – Procedimentos licitatórios – Autoridade competente 989

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO – Adoção do pregão – Modalidade licitatória que não se encontra atrelada ao valor estimado da contratação – Bens e serviços comuns 990

PREGÃO PRESENCIAL – Apresentação de propostas alternativas – Afronta aos princípios da isonomia e aos que regem as licitações – Seleção da menor proposta 991

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – Pregoeiro e integrantes de equipe de apoio – Remuneração – Recebimento de jetom – Deliberação expressa da direção superior da empresa 991

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO – Saneamento básico – Constituição Estadual – Possibilidade da criação de serviços autônomos de água e esgoto pelos Municípios – Dispositivo que prevê o prazo de até 25 anos para o pagamento de indenização pela Urbe no caso de encampação – Inconstitucionalidade – Competência da União para a regulação de normas gerais sobre licitação e contratação públicas, abrangidas a rescisão da avença e a indenização cabível (STF) 993

ECT – Contratos com agências de correios franqueadas – Pretensa extinção das avenças de franquia postal firmadas sem prévio procedimento licitatório – Não cabimento – Exorbitância do § 2º do art. 9º do Dec. nº 6.639/2008 – Ilegalidade do regulamento – Tutela do princípio da continuidade dos serviços públicos – Garantia da manutenção dos ajustes celebrados sem licitação até que novos contratos sejam firmados – Interpretação do art. 7º da Lei nº 11.668/2008 (STJ) 999

LEI DISTRICTAL – Determinação da inversão de fases em desacordo ao preconizado pela Lei nº 8.666/1993 a toda e qualquer licitação realizada nas modalidades concorrência e tomada de preços – Inconstitucionalidade – Afronta à competência privativa da União – Ente federado que deve observância às normas gerais, mesmo no exercício de competência suplementar – Violação à Lei Orgânica do Distrito Federal (TJDFT) 1003

SISTEMA "S" – Sebrae – Celebração de convênio de parceria técnica e financeira com fundação pró-turismo municipal – Intensificação de ações visando à captação de eventos não sazonais para promoção do turismo local – Ação popular – Alegada não observância do procedimento licitatório, tendo em vista a configuração de verdadeiro contrato administrativo – Não ocorrência – Entidade não sujeita aos ditames da Lei nº 8.666/1993 – Inexistência de prova de lesividade ao patrimônio público ou à moralidade administrativa – Ausência de ilegalidade (TJSC) 1025

PREGÃO ELETRÔNICO – Contratação de empresa para "manutenção de instalações" – Caracterização, entretanto, como obras de engenharia – Utilização do Sistema de Registro de Preços – Inadmissibilidade – Inexistência de divisibilidade do objeto – Não ocorrência de padronização do projeto – Anulação do certame (TCU) 1036

ANVISA – Prestação de contas – Contratação de aquisição de licenças de *software* e de empresa para a realização de eventos – Realização de prévia pesquisa de mercado – Alegado superfaturamento – Preços registrados de produtos e serviços semelhantes por outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal como paradigma para o cálculo – Não cabimento – "Jogo de planilhas" caracterizado – Pagamento de serviço de filmagem realizado por hora e não por evento, contrariando previsão editalícia – Recebimento de objetos e atesto de notas fiscais para pagamento em desacordo com os termos do edital – Contas julgadas irregulares em relação a alguns gestores e regulares em relação a outros – Condenação solidária em débito – Aplicação de multa (TCU) 1045

ÍNDICE 1055